

Ameaça de impasse susta as votações em plenário

Crise amplia a tendência pelos 4 anos

O sentimento crescente, na Assembleia Constituinte, de que só as eleições diretas para presidente da República, em novembro de 1988, podem salvar o País da crise, parece indicar, de modo inexorável, que o mandato do presidente José Sarney será reduzido de seis para quatro anos.

Ontem, na Assembleia, até mesmo o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, deputado Delfim Netto (PDS-SP), que até aqui vinha admitindo o mandato de seis anos para Sarney, sob sistema parlamentarista de governo, considerada indispensável a convocação de eleições gerais — para Presidente e todos os cargos eletivos — até novembro de 88.

"Eleições só para Presidente — explicava Delfim — não vão resolver a crise brasileira. Pelo contrário: se tivermos um novo Presidente eleito em 88, mas com a predominância parlamentar do PMDB, a situação vai agravar-se".

Para Delfim, esse possível agravamento da situação político-institucional, dar-se-ia em consequência da manutenção da maioria peemedebista, a seu ver obtida — como disse — "devido ao estelionato do plano Cruzado".

O deputado Ricardo Fiúza, do PFL de Pernambuco, integrante do grupo de Centro, Centro-Direita e Direita da Constituinte, os "moderados" que luta pela reabertura do prazo de apresentação de novas emendas ao substitutivo de Constituição do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), esclarece que o problema do mandato presidencial e do sistema de governo não estão entre as questões consensuais dos constituintes conservadores.

"Mas — diz ele — minha impressão é que o mandato do atual presidente deverá ser mesmo de quatro anos".

Correntes
O ex-deputado Francisco Studart, do diretório nacional do PFL, seção do Rio de Janeiro, circulava na Constituinte com uma informação surpreendente.

"No Rio — explicou ele — uma corrente ponderável de militares defende a realização de eleições presidenciais imediatamente após a Constituinte".

Uma pesquisa feita entre os constituintes que se encontravam ontem em Brasília indicava, que, entre cada dez parlamentares, seis eram parlamentaristas e sete favoráveis à redução do mandato presidencial a quatro anos apenas.

"O presidente Sarney — dizia Delfim — está perdendo a segunda oportunidade que teve para consagrar-se como estadista. A primeira foi o fracasso do Plano Cruzado; a segunda é a possibilidade de ele mesmo propor a redução de seu mandato e a convocação de eleições gerais, bem como a correção das distorções do parlamentarismo aprovado pela Comissão de Sistematização da Constituinte".

Para Delfim, ao contrário do que pensam os constituintes, o parlamentarismo não é o sistema de dominação dos políticos, mas dos burocratas. A seu ver, em dois anos, o novo sistema poderá funcionar a contento.

Após reconhecer que o presidencialismo fracassou, com Sarney, lembrou haver trabalhado sob o falso parlamentarismo de 1961 ("aquilo — garantiu ele — jamais foi parlamentarismo. Eu trabalhava, então, com o ministro Tancredo Neves e vi que não havia parlamentarismo nenhum"), notando que faltava interesse em reordenar-se o País.

Segundo o ex-ministro, o novo sistema funcionará na base de servidores competentes, concursados, feita a dispensa de quantos entraram no serviço público pela janela.

"Com o parlamentarismo, sob o domínio político do PMDB — encerrou Delfim — a crise brasileira vai agravar-se" (R.A.L.)

Grupo nega o propósito de ir à Justiça

Coordenadores do Movimento Interpartidário em Defesa da Livre Iniciativa — que querem alterar o regimento interno da Constituinte (o "Centrão") — esclareceram ontem ao deputado Ulysses Guimarães que não há o propósito de recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra os trabalhos da Comissão de Sistematização, mas o de garantir a participação da Comissão dos parlamentares na discussão e votação do texto constitucional. Só iniciará a luta, se confirmado o apoio da maioria absoluta, "numa demonstração de força".

"Acompañamos a maioria, como é da tradição democrática" — disse o presidente da Assembleia Constituinte, depois de ouvir esclarecimentos de Ricardo Fiúza (PFL), Roberto Cardoso Alves (PMDB), Amaral Netto (PDS), Gastone Righi (PTB), Daso Coimbra (PMDB), Luiz Eduardo Magalhães (PFL) e do líder do PFL, José Lourenço.

Os parlamentares do "Centrão" esperam nas próximas 48 horas o apoio da maioria absoluta da Constituinte.



Os governadores Quercia (SP) e Newton Cardoso (MG) querem que a Constituição reflita maioria

Quercia e Newton definem ação para derrotar parlamentarismo

Belo Horizonte — Os governadores Orestes Quercia (SP) e Newton Cardoso (MG) combinaram ontem uma estratégia de pressão sobre a Constituinte, para derrubar no plenário as teses da Comissão de Sistematização. Os dois se encontraram em Belo Horizonte e criticaram duramente o sistema parlamentarista, mas não foram tão enfáticos desta vez na defesa do mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Eles concordaram que o plenário será soberano e não deve aceitar imposições da Sistematização.

"O plenário tem o direito e o dever de passar por cima da Comissão de Sistematização, se achar que isso é preciso, inclusive alterando o regimento interno da Constituinte, caso tenha maioria para isso" — explicou Orestes Quercia, à saída do encontro com o governador de Minas. Ele ressaltou que os governadores não farão pressões sobre a Constituinte, mas esperam que ela mantenha no texto final da Constituição "as posições da maioria e não de um outro segmento".

Quercia afirmou que os gover-

nadores (ele e Newton Cardoso), principalmente, esperam que os constituintes trabalhem apressadamente. "Eles devem superar logo o problema político para que o País resolva seus problemas econômicos e sociais, para que o Brasil volte a trabalhar" — frisou. Ele insistiu que a Assembleia Nacional "deve resolver no plenário, e não na Comissão de Sistematização", e garantiu que respeitará a decisão final, apesar de condenar, previamente, qualquer fórmula parlamentarista.

Maioria
"Entendemos que a decisão a ser tomada pela Constituinte será respeitada por todos. Mas entendemos, também, que o melhor para o Brasil é o presidencialismo e vamos ajudar para que a decisão da maioria coincida com os altos interesses da Nação", afirmou o governador paulista. Ele negou que os governadores estejam dispostos a apoiar a redução do mandato do presidente Sarney para quatro anos, com a manutenção do presidencialismo, mas deixou claro que não fará campanha pelos cinco anos. "Tem que prevalecer a de-

cisão da maioria" — repetiu.

Já o governador anfitrião, Newton Cardoso, disse que está igualmente preocupado com as decisões da Constituinte. "Queremos que ela decida logo" — afirmou, "e esta decisão deve ser tomada pela maioria, em plenário". Cardoso advertiu que a falta de decisões rápidas no plenário "pode gerar dificuldades terríveis", e reforçou a tese de Quercia de que, se preciso, até o regimento interno da Constituinte deve ser alterado para dar maior agilidade aos trabalhos e assegurar a vontade da maioria.

"Vamos envidar esforços nesse sentido, pois é importante que a decisão final seja do plenário e não da Comissão de Sistematização", prometeu Newton Cardoso. Como Quercia, o governador de Minas não soube dizer qual a estratégia que seguirá para fazer prevalecer suas posições na Constituinte. Disse, apenas, que irá "conversar e procurar convencer os companheiros de partido, homens sérios e capazes, de que a atual Constituinte é derivada e não pode, por isso mesmo, decidir sobre algumas teses".



Covas foi cumprimentado por Arinos na sua volta ao trabalho

Covas diz que mandato só é legítimo até 88

"O mandato do presidente Sarney encerra no ano que vem, qualquer que seja o sistema de Governo aprovado pela Constituinte". O recado foi dado pelo líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, na sua volta à ativa depois de 45 dias de afastamento, devido a problemas médicos. Ele foi a grande atração da Comissão de Sistematização ontem, sendo aplaudido pelos demais constituintes no momento em que entrou no plenário.

Procurado pelos principais líderes do PMDB durante o seu afastamento, como os senadores José Richa (PR) e Fernando Henrique Cardoso (SP), além do vice-líder Euclides Scalco, Covas procurou fazer uma avaliação sobre os primeiros resultados das votações, concluindo que a vitória tem sido dos "progressistas".

Também recebeu as boas vindas do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), e do presidente da Sistematização, Afonso Arinos (PFL-RJ). Entre os abraços a companheiros de partido e mesmo líderes de outros partidos, como Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Roberto Freire (PCB), Covas não escapou a algumas entrevistas, nas quais voltou a salientar que não existe relação entre o sistema de governo a ser implantado no País e

o mandato do presidente Sarney. "O mandato do Presidente foi fixado no momento em que foi outorgado. Ele termina não porque muda o sistema do Governo. Ele termina, em qualquer circunstância, no ano que vem, porque termina a sua legitimidade e termina a transição".

Covas lembrou que está definido, há muito tempo, que o mandato do Presidente termina junto com a transição. O fim da transição, na sua opinião, começou com a convocação da Constituinte. A conclusão desse processo não tem prazo fixo, devendo ocorrer com a promulgação da nova Constituição.

Na volta aos trabalhos, ele manifestou satisfação pela aproximação dos "modernos" do PFL aos "progressistas" do PMDB, uma aliança que garantiu muitas vitórias na Sistematização. Lembrou que esse quadro estava sendo traçado mesmo antes do seu afastamento:

"Já havia certa afinidade entre estes grupos, tanto que organizamos núcleos de trabalhos entre os "progressistas" do PMDB e os "modernos" do PFL. Este foi o caminho que encontramos para chegar a teses renovadoras, que pudessem contar o apoio da maioria da Constituinte.

Vice-líderes saem e cresce racha no PFL

"O líder entrou na contramão", comentou ontem a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), em meio ao episódio da renúncia de quatro vice-líderes do PFL em protesto contra a atitude do líder José Lourenço (BA), que na semana passada tentou afastar 10 pefelistas da Comissão de Sistematização da Constituinte, por serem parlamentaristas. Dos quatro, Sandra era a única que não constava da lista dos dez, mas resolveu se solidarizar com os demais e foi quem mais criticou Lourenço, que a destituiu antes mesmo do pedido de renúncia em grupo.

Os quatro vice-líderes — além de Sandra, os deputados Alcei Guerra (PR), José Thomaz Nonó (AL) e Mário Assad (MG) — renunciaram à vice-liderança através de carta encaminhada a Lourenço, onde repudiam sua tentativa de afastar os dez pefelistas da Comissão. A carta, assinada pelos quatro, estava em poder de Sandra, que a entregaria a Lourenço. Abordada no plenário da Constituinte por repórteres, ela comunicou que havia mandado entregar a carta "por um contínuo", pois não iria dar "colher de chá" a Lourenço.

O episódio de afastamento dos quatro, considerado por Lourenço como "algo corriqueiro" numa democracia, acabou se transformando no grande acontecimento do dia no PFL. O deputado Alcei Guerra, ao contrário de Sandra, fez questão de ir ao gabinete do líder, a quem entregou uma "correspondência particular" (que ambos se recusaram a divulgar) onde pede que a liderança "reveja algumas posições" que vem tomando na Constituinte e que estariam direcionando o partido para a direita.

Racha

O afastamento dos vice-líderes é mais um capítulo da divisão que se verifica no PFL, principalmente depois que o partido reafirmou seu apoio ao governo. Alcei Guerra disse que seria "faltar à verdade" negar que o episódio de ontem caracterize essa divisão: "Avançamos mais um passo na dissidência", comentou.

Na carta de renúncia, os vice-líderes se confessaram "surpreendidos" com a atitude de Lourenço, de tentar afastar dez membros do partido da Sistematização e "perplexos" com a "insólita" situação.

A deputada Sandra Cavalcanti observou que o programa do PFL "não proíbe ninguém de ser parlamentarista nem obriga ninguém a ser presidencialista", razão pela qual "quem está na contra-mão do partido é o líder".

Andrei Meireles



As votações no plenário da Constituinte, que se iniciariam hoje, foram adiadas até o final dos trabalhos da Comissão de Sistematização. A Comissão apressará seu ritmo, reunindo-se todos os dias, inclusive aos domingos, com o propósito de concluir a apreciação do substitutivo do relator Bernardo Cabral até o dia 16 de novembro. Essas foram as principais providências determinadas pelo deputado Ulysses Guimarães para neutralizar a articulação dos conservadores contra as regras e a própria direção da Constituinte. O movimento é estimulado pelo Palácio do Planalto e por setores empresariais insatisfeitos com as decisões tomadas até agora pela Comissão de Sistematização.

O deputado Ulysses Guimarães, após acertar durante longa reunião à tarde com os senadores Afonso Arinos, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso e os deputados Bernardo Cabral e Euclides Scalco, as medidas para evitar um impasse na Constituinte, condenou, à noite, a articulação conservadora.

Os conservadores divulgaram uma nota proclamando independência inclusive em relação ao Planalto. Mas, na noite de segunda-feira, sua estratégia de ação foi acertada pessoalmente com o presidente José Sarney e o Projeto de Resolução que divulgaram ontem à tarde foi previamente submetido à apreciação do subchefe do Gabinete Civil para Assuntos Parlamentares, Henrique Har-

greaves, que sugeriu alterações prontamente aceitas.

Impasse

Políticos ligados ao Planalto e assessores do presidente José Sarney asseguraram que o impasse é melhor do que a aprovação da Constituição de acordo com o texto em definição pela Sistematização. Eles apostam no apoio de 280 constituintes ao Projeto de Resolução, que muda as regras do jogo, confiando na insatisfação dos parlamentares que não integram a Sistematização e se sentem marginalizados do processo de decisão. Em entrevistas, Ulysses Guimarães e o senador Mário Covas reconheceram o descontentamento, mas o distinguem da articulação para alterar o regime da Constituinte.

Ulysses dedicou-se nos últimos dias a buscar aliados para evitar que os conservadores obtenham o apoio da maioria da Constituinte. Ontem à noite, manifestou-se claramente contra qualquer mudança regimental, mas, em reunião com os coordenadores do movimento conservador, limitou-se a dizer que cumprirá a vontade da maioria. Covas e Fernando Henrique garantem que a maioria está a seu lado. Os deputados Roberto Cardoso Alves e Carlos Sant'Anna, coordenadores do movimento, também se proclamam majoritários.

O respaldo do Palácio do Planalto à articulação conservadora recoloca novamente o presidente José Sarney em confronto com a cúpula do PMDB. Covas constatava satisfeito, à noite, um dos resultados dessa nova crise política: o fortalecimento da proposta de realização de eleições presidenciais em 88.

"Moderados" apresentam proposta de alteração

As principais lideranças do grupo "Moderado" entregaram hoje ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, projeto de resolução que altera o regimento interno, para permitir a apresentação de emendas substitutivas por títulos ou capítulos, desde que apoiadas pela maioria dos constituintes.

Articulado pelo líder do PFL, José Lourenço (BA), pelo líder do Governo, Carlos Sant'Anna (BA), por integrantes do Centro Democrático do PMDB e por representantes do PDS, PL e PDC, o projeto de resolução visa à abertura de caminho para a apresentação de substitutivos integrais, principalmente nos títulos da ordem econômica e sistema de Governo.

A reforma agrária é o capítulo mais visado, já que a proposta do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) não agrada ao grupo "Moderado". Eles discordam principalmente da imissão imediata na posse da terra. Para os constituintes ligados ao Governo, o objetivo básico é a apresentação de um substitutivo para o título sobre sistema de governo, de forma a garantir a volta do presidencialismo.

Os "moderados" passaram o dia de ontem mobilizados na tentativa de colher 280 assinaturas para o projeto de resolução, o que deverá garantir a colocação da proposta em votação. Durante esse trabalho, o projeto recebeu uma emenda do líder do PTB, Gastone Righi (SP), passando a admitir a apresentação de emendas substitutivas também a artigos, incisos, parágrafos e demais dispositivos.

Justificativas
Todos procuravam esconder os reais motivos do projeto, que tem a seguinte justificativa no seu texto formal:

"A presente proposição tem como objetivo maior criar mecanismos regimentais que possibilitem a formulação de um texto constitucional que reflita a vontade soberana do plenário da Constituinte, agilizando ao mesmo tempo o processo de votação, a fim de que os altos interesses da Nação não sejam prejudicados por indefinições institucionais, inconsistência jurídica e inexecutabilidade prática".

"Centrão" é criticado

Ao lado do descrédito da possibilidade de conseguir o apoio da maioria dos Constituintes, os articuladores do "Centrão" enfrentam a crítica de constituintes liberais e de esquerda, que apontam a articulação dessa corrente de centro-direita com setores empresariais interessados em conter os avanços políticos e sociais aprovados pela Assembleia.

"Eles são os órfãos do autoritarismo e estão articulados com os setores que insistem na manutenção do capitalismo selvagem e arcaico que tantos danos causou ao País" — afirmou o deputado paranaense Hélio Duque, do PMDB, acrescentando que "em matéria de conservadorismo, o "Centrão" repete a indole da antiga Arena e do PDS".

Outro peemedebista, o deputado Osvaldo Lima Filho, de Pernambuco, também não tem dúvidas de que o "centrão" age em conexão com os grupos

nacionais e estrangeiros que pretendem desestabilizar a Constituinte, mas diz acreditar que eles não conseguirão as 280 assinaturas necessárias para a modificação do Regimento Interno.

O senador José Paulo Bisol (PMDB-RS) é outro que não acredita na viabilização da proposta do "centrão", apesar das 231 assinaturas anunciadas pelos deputados Cardoso Alves e Daso Coimbra.

Ao contrário de Osvaldo Lima Filho e Bisol, o líder do PC do B na Câmara, Haroldo Lima, mostra-se temeroso quanto à formalização da proposta do "Centrão", considerando que isso geraria uma grave crise no País.

O argumento central dos defensores do atual regimento da Constituinte, contra a proposta do pessoal do "Centrão" é o de que "a idéia é casuística, permite a vitória de maiorias eventuais em determinados pontos da futura Constituição".